

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	13
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	17
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	17
11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS	18
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
13. INTANGÍVEL	21
14. FORNECEDORES	22
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	22
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	23
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	27
19. PROVISÕES.....	28
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	35
21. RECEITA.....	35
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	38
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	42
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	43
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	45
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	52
27. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	54
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	54
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	55
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	69

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	759.370	318.834
Títulos e Valores Mobiliários	5	371.860	253.191
Consumidores e Revendedores	6	2.365.833	2.496.149
Concessionários – Transporte de Energia	6	157.573	156.141
Tributos Compensáveis	7	112.014	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	244.953	227.445
Estoques		31.207	27.664
Contribuição de Iluminação Pública		148.675	144.128
Reembolso Subsídios Tarifários	10	63.751	71.695
Subvenção Baixa Renda		31.827	31.334
Ativos Financeiros da Concessão	12	984.722	860.466
Outros		352.366	352.386
TOTAL DO CIRCULANTE		5.624.151	5.042.467
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	8.343	35.568
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	723.900	708.642
Tributos Compensáveis	7	187.297	188.263
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.055.714	1.030.696
Consumidores e Revendedores	6	65.249	58.453
Concessionários - Transporte de Energia	6	74.242	75.237
Outros Créditos		13.648	13.567
Ativos Financeiros da Concessão	12	176.708	625.173
Intangíveis	13	8.649.472	8.413.168
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.954.573	11.148.767
ATIVO TOTAL		16.578.724	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	570.268	2.984.287
Debêntures	16	373.095	362.188
Fornecedores	14	955.902	1.307.893
Impostos, Taxas e Contribuições	15	536.283	520.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	185.105
Salários e Encargos Sociais		189.132	147.453
Encargos Regulatórios	17	371.683	459.855
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		10.804	75.462
Obrigações Pós-Emprego	18	133.364	119.803
Contribuição de Iluminação Pública		255.120	257.883
Passivos Financeiros da Concessão	12	41.507	-
Outras		170.525	219.261
TOTAL DO CIRCULANTE		3.607.683	6.639.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.616.260	891.216
Debêntures	16	4.492.270	2.782.351
Provisões	19	323.673	291.169
Obrigações Pós-Emprego	18	2.163.176	2.108.908
Impostos, Taxas e Contribuições	15	632.021	631.774
Encargos Regulatórios	17	191.103	129.952
Passivos Financeiros da Concessão	12	411.244	-
Outras		15.548	20.057
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.845.295	6.855.427
TOTAL DO PASSIVO		13.452.978	13.495.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.361.998	2.361.998
Reservas de Lucros		833.760	735.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(402.107)	(402.107)
Adiantamento para futuro aumento de capital		410.000	-
Prejuízos Acumulados		(77.905)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.125.746	2.695.848
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.578.724	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA	21	5.184.255	6.104.660
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.495.624)	(3.578.613)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(436.904)	(399.779)
		(2.932.528)	(3.978.392)
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(473.221)	(385.319)
Materiais		(11.975)	(17.186)
Serviços de Terceiros		(290.080)	(297.408)
Amortização		(231.363)	(213.655)
Provisões (Reversões) Operacionais		(62.232)	(35.764)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(533.039)	(443.405)
Outros		(21.591)	(70.134)
		(1.623.501)	(1.462.871)
CUSTO TOTAL		(4.556.029)	(5.441.263)
LUCRO BRUTO		628.226	663.397
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(173.892)	(57.701)
Despesas Gerais e Administrativas		(223.308)	(191.139)
Outras Despesas Operacionais		(202.594)	(272.942)
		(599.794)	(521.782)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		28.432	141.615
Receitas Financeiras	23	434.121	421.774
Despesas Financeiras	23	(555.716)	(538.236)
Resultado Antes dos Impostos		(93.163)	25.153
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	-	(113)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	15.258	(19.854)
RESULTADO DO PERÍODO		(77.905)	5.186
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		(0,0330)	0,0023

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RECEITA	21	2.494.655	3.039.977
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.219.609)	(1.740.689)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(223.559)	(204.572)
		<u>(1.443.168)</u>	<u>(1.945.261)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(241.459)	(193.019)
Materiais		(8.218)	(9.855)
Serviços de Terceiros		(157.000)	(156.761)
Amortização		(120.905)	(107.680)
Provisões (Reversões) Operacionais		5.767	(22.563)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(314.445)	(240.765)
Outros		<u>(18.883)</u>	<u>(63.351)</u>
		<u>(855.143)</u>	<u>(793.994)</u>
CUSTO TOTAL		(2.298.311)	(2.739.255)
LUCRO BRUTO		196.344	300.722
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(97.331)	(30.749)
Despesas Gerais e Administrativas		(76.533)	(94.421)
Outras Despesas Operacionais		<u>(107.930)</u>	<u>(115.076)</u>
		<u>(281.794)</u>	<u>(240.246)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		(85.450)	60.476
Receitas Financeiras	23	290.203	187.263
Despesas Financeiras	23	<u>(272.041)</u>	<u>(239.217)</u>
Resultado Antes dos Impostos		(67.288)	8.522
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	4.968	12.601
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	<u>11.556</u>	<u>(21.233)</u>
RESULTADO DO PERÍODO		(50.764)	(110)
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		(0,0215)	(0,00005)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
RESULTADO DO PERÍODO	(77.905)	5.186
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(77.905)</u>	<u>5.186</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RESULTADO DO PERÍODO	(50.764)	(110)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(50.764)</u>	<u>(110)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos Destinados à aumento de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	-	5.186	5.186
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	5.186	5.186
Aumento de Capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	103.086	-	-	-	103.086
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	2.361.998	556.103	(232.788)	-	5.186	2.690.499
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	-	-	2.695.848
Resultado do Período	-	-	-	-	(77.905)	(77.905)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(77.905)	(77.905)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	410.000	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	97.803	-	-	-	97.803
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	2.361.998	833.760	(402.107)	410.000	(77.905)	3.125.746

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	(77.905)	5.186
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	152.480	135.917
Amortização	243.855	224.462
Provisões para Perdas Operacionais	236.124	93.465
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	17.480	33.929
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	663.555	(762.497)
Juros e Variações Monetárias	253.187	140.192
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.258)	19.967
	<u>1.473.518</u>	<u>(109.379)</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(50.372)	(813.812)
Concessionários – Transporte de Energia	(437)	(31.564)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.694	806.923
Tributos Compensáveis	(8.014)	(19.236)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.508)	(46.087)
Depósitos Vinculados a Litígios	(13.913)	(13.203)
Reembolso Subsídios Tarifários	7.944	(116.543)
Subvenção Baixa Renda	(493)	7.317
Outros	(8.145)	7.166
	<u>250.756</u>	<u>(219.039)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(351.991)	(51.280)
Tributos e Contribuição Social	15.761	125.681
IR e CSLL a pagar	-	55.505
Salários e Encargos Sociais	41.679	10.326
Encargos Regulatórios	(27.021)	277.915
Obrigações Pós-Emprego	(84.651)	(71.476)
Outros	(150.394)	65.024
	<u>(556.617)</u>	<u>411.695</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.167.657	83.277
Juros Pagos	(785.884)	(400.430)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(55.618)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	381.773	(372.771)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(91.444)	18.371
Em Fundos Vinculados	(6)	763
Em Intangível	(453.542)	(373.245)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(544.992)	(354.111)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	2.249.633	2.469.014
Pagamentos de Empréstimos	(1.968.576)	(1.719.889)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(87.302)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410.000	-
Aumento de Capital	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	603.755	849.125
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	440.536	122.243
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	318.834	313.799
No fim do exercício	<u>759.370</u>	<u>436.042</u>
	440.536	122.243

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MÊSES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016		30/06/2015	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	9.157.712		9.784.450	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	533.039		443.405	
Outras Receitas	2.380		970	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(173.892)		(57.701)	
	<u>9.519.239</u>		<u>10.171.124</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.744.359)		(3.906.415)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(481.437)		(431.995)	
Serviços de Terceiros	(483.645)		(510.181)	
Materiais	(262.442)		(184.646)	
Outros Custos Operacionais	(211.693)		(167.936)	
	<u>(4.183.576)</u>		<u>(5.201.173)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>5.335.663</u>		<u>4.969.951</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(243.855)		(224.462)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>5.091.808</u>		<u>4.745.489</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	434.121		421.774	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>5.525.929</u>		<u>5.167.263</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	654.294	11,83	606.787	11,75
Remuneração Direta	455.985	8,24	429.736	8,32
Benefícios	167.553	3,03	152.463	2,95
FGTS	30.756	0,56	24.588	0,48
Impostos, Taxas e Contribuições	4.278.563	77,43	3.906.069	75,59
Federais	2.043.391	36,98	2.207.465	42,72
Estaduais	2.231.902	40,39	1.696.356	32,83
Municipais	3.270	0,06	2.248	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	670.977	12,15	649.221	12,56
Juros	635.213	11,50	608.396	11,77
Aluguéis	35.764	0,65	40.825	0,79
Remuneração de Capital Próprio	(77.905)	(1,41)	5.186	0,10
Lucros (Prejuízos) Retidos	(77.905)	(1,41)	5.186	0,10
	<u>5.525.929</u>	<u>100,00</u>	<u>5.167.263</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.203.838 consumidores em 30 de junho de 2016 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2016.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 11 de agosto de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2016, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/06/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
30	27	Reajuste Tarifário Anual
31	28	Transações Não Envolvendo Caixa
32	29	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2016, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	36.542	41.337
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	648.251	239.127
Overnight	74.577	38.370
	722.828	277.497
	759.370	318.834

As Aplicações Financeiras correspondem a operações de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 108,5% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 14,14% a.a.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	37.093	73.393
Letras Financeiras – Bancos	227.886	140.294
Letras Financeiras do Tesouro	51.312	27.491
Debêntures	63.513	47.151
Outros	399	430
	380.203	288.759
Ativo Circulante	371.860	253.191
Ativo Não Circulante	8.343	35.568

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 98,5% a 103% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,9% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2016	31/12/2015
Residencial	753.013	405.487	279.640	1.438.140	1.380.543
Industrial	135.877	47.501	144.838	328.216	359.202
Comércio, Serviços e Outras	382.325	110.335	162.893	655.553	700.780
Rural	147.363	48.106	55.874	251.343	242.413
Poder Público	73.911	29.809	32.190	135.910	152.591
Iluminação Pública	36.618	2.058	7.134	45.810	56.374
Serviço Público	69.328	5.378	22.867	97.573	118.392
Subtotal – Consumidores	1.598.435	648.674	705.436	2.952.545	3.010.295
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	18
Concessionários – Transporte de Energia	135.000	10.773	197.555	343.328	342.891
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(633.854)	(633.854)	(568.085)
	1.733.435	659.447	270.015	2.662.897	2.785.980
Ativo Circulante				2.523.406	2.652.290
Ativo Não Circulante				139.491	133.690

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Residencial	262.684	212.849
Industrial	95.677	92.992
Comércio, Serviços e Outras	121.994	108.527
Rural	18.362	17.206
Poder Público	11.060	11.318
Iluminação Pública	2.980	4.131
Serviço Público	9.584	9.549
Concessionários – Transporte de Energia	111.513	111.513
	633.854	568.085

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	57.701
Baixas	(43.449)
Saldo em 30 de junho de 2015	615.510
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições	173.892
Baixas	(108.123)
Saldo em 30 de junho de 2016	633.854

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a Recuperar	67.884	53.493
COFINS	30.467	38.442
PIS-PASEP	10.870	8.346
Outros	2.793	2.753
	112.014	103.034
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	127.690	122.289
COFINS	49.036	54.267
PIS-PASEP	10.571	11.707
	187.297	188.263
	299.311	291.297

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2017.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de Renda	167.725	153.221
Contribuição Social	77.228	74.224
	244.953	227.445

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2016	31/12/2015
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	24.455	-
Obrigações Pós-Emprego	580.907	558.256
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	223.371	201.009
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	110.049	98.997
Taxa de Administração	6.938	7.126
Outros	3.662	25.648
	1.102.537	1.044.191
Passivos Fiscais Diferidos		
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	(222.541)	(220.815)
Encargos Financeiros Capitalizados	(132.295)	(107.676)
Custo de Captação	(23.801)	(7.058)
	(378.637)	(335.549)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	723.900	708.642

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(19.854)
Saldo em 30 de junho de 2015	841.110
Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	15.258
Saldo em 30 de junho de 2016	723.900

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado Antes dos Impostos	(93.163)	25.153
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	31.675	(8.552)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.375)	(881)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.261)	(423)
Multas Indedutíveis	(7.568)	(4.424)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.157)	(5.540)
Outros	(56)	(147)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Créditos (Despesa) efetivos	15.258	(19.967)
Alíquota Efetiva	16,38%	79,38%
Corrente	-	(113)
Diferido	15.258	(19.854)

	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Resultado Antes dos Impostos	(67.288)	8.522
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	22.878	(2.897)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	(193)	(282)
Contribuições e Doações Inadotáveis	(939)	(492)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	367	(38)
Multas Inadotáveis	(2.416)	(2.206)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.135)	(2.680)
Outros	(38)	(37)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Créditos (Despesa) efetivos	16.524	(8.632)
Alíquota Efetiva	24,56%	101,30%
Corrente	4.968	12.601
Diferido	11.556	(21.233)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhista	282.100	268.750
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	117.865	108.862
	736.187	727.184
Outros		
Regulatório	19.526	18.070
Cível	6.426	4.049
Relações de Consumo	2.825	2.289
Bloqueio Judicial	4.394	6.114
Outros	4.256	4.240
	37.427	34.762
	1.055.714	1.030.696

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de junho de 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$409.102 (R\$362.898 em 30 de junho de 2015). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 31 de dezembro de 2015), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 30 de junho de 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.694 (R\$402.504 em 30 de junho de 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	176.708	135.983
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	984.722	1.349.656
	1.161.430	1.485.639
Ativo Circulante	984.722	860.466
Ativo Não Circulante	176.708	625.173

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	452.751	-
Passivo Circulante	41.507	-
Passivo Não Circulante	411.244	-

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizado como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2015, da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transferências do Ativo Intangível	423.659
Baixas	(29.897)
Atualização Financeira Líquida	193.673
Saldo em 30 de junho de 2015	6.531.117
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	35.752
Baixas	(352)
Atualização Financeira Líquida	5.325
Saldo em 30 de junho de 2016	176.708

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 30/06/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	415.930	(22.788)	-	(225.806)	415.930	(248.594)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	2.149	(4.363)	-	(10.347)	2.149	(14.710)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	12.172	-	1.657	-	13.829	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	32.825	(188)	5.337	-	38.162	(188)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(133.317)	-	(12.860)	-	(146.177)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.329.565	(1.519.769)	231.440	(363.051)	2.561.005	(1.882.820)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(234.072)	-	(37.614)	-	(271.686)
Neutralidade da Parcela A	174.541	-	-	-	174.541	-
Outros Itens Financeiros	263.572	(373.037)	-	-	263.572	(373.037)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(5)	-	-	-	(5)
TOTAL	3.230.754	(2.287.539)	238.434	(649.678)	3.469.188	(2.937.217)

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	3.292.381	(1.942.725)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/06/2016	31/12/2015
Ativo	3.206.692	262.496	3.469.188	3.292.381
Passivo	(2.221.970)	(715.247)	(2.937.217)	(1.942.725)
Total Líquido Apresentado no Balanço	984.722	(452.751)	531.971	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.086.243
(-) Amortização	(279.405)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(806.923)
(+) Atualização Selic	32.288
Saldo em 30 de junho de 2015	1.138.878
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(432.169)
(-) Amortização	(231.386)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.694)
(+) Atualização Selic (2)	187.564
Saldo em 30 de junho de 2016	531.971

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

(2) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	30/06/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	13.691.905	(6.434.126)	7.257.779	13.477.712	(6.240.383)	7.237.329
Intangível em Curso	1.391.693	-	1.391.693	1.175.839	-	1.175.839
Total Intangível	15.083.598	(6.434.126)	8.649.472	14.653.551	(6.240.383)	8.413.168

b) Muta o do Ativo Intangível em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adi�es	443.405
Transferências	(423.659)
Baixas	(4.032)
Amortiza�o	(224.462)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.275.483
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adi�es	533.039
Transferências para o Ativo Financeiro	(35.752)
Baixas	(17.128)
Amortiza�o	(243.855)
Saldo em 30 de junho de 2016	8.649.472

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adi es de R\$533.039 está contemplado R\$79.497 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$70.160 em 30 de junho de 2015), conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

14. FORNECEDORES

	30/06/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	116.230	302.582
Encargos de uso da rede elétrica	56.962	57.708
Energia elétrica comprada para revenda	395.757	417.770
Itaipu binacional	192.600	314.859
Materiais e serviços	194.353	214.974
	955.902	1.307.893

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUI ES

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	425.275	372.450
COFINS	64.788	89.871
PIS-PASEP	13.814	19.122
INSS	14.576	15.228
ISSQN	5.868	6.524
Outros	11.962	17.574
	536.283	520.769
Não Circulante		
COFINS	520.031	519.818
PIS-PASEP	111.990	111.956
	632.021	631.774
	1.168.304	1.152.543

As obriga es de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensa o dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro, em conformidade à legislação tributária em vigor a partir dessa data.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2016						31/12/2015
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	1.327	16.427	17.754	32.109
KFW	2016	4,50%	EUR	1.168	-	1.168	2.804
Dívida em Moeda Estrangeira				2.495	16.427	18.922	34.913
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A (4)	2018	128,00 do CDI	R\$	319.232	300.000	619.232	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 do CDI	R\$	66.856	-	66.856	143.937
Banco do Brasil S.A	2017	111,00 do CDI	R\$	49.736	-	49.736	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00 do CDI	R\$	8.176	492.405	500.581	499.017
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70 do CDI	R\$	-	-	-	1.889.350
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	19.681	57.187	76.868	184.764
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	3.205	2.847	6.052	7.866
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	2.307	7.954	10.261	11.323
Caixa Econômica Federal	2018	119,00 do CDI	R\$	100.693	58.334	159.027	200.876
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 do CDI	R\$	(2.113)	681.106	678.993	-
Dívida em Moeda Nacional				567.773	1.599.833	2.167.606	3.840.590
Total de Empréstimos e Financiamentos				570.268	1.616.260	2.186.528	3.875.503
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	21.943	410.709	432.652	461.258
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	24.432	1.414.061	1.438.493	1.402.391
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	15.866	843.531	859.397	839.428
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	250.119	230.787	480.906	441.462
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	60.735	1.593.182	1.653.917	-
Total de Debêntures				373.095	4.492.270	4.865.365	3.144.539
Total Geral				943.363	6.108.530	7.051.893	7.020.042

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$144.568, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.813. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.327	-	-	-	-	-	-	16.427	17.754
Euro	1.168	-	-	-	-	-	-	-	1.168
Total por Moedas	2.495	-	-	-	-	-	-	16.427	18.922
Indexadores									
IPCA (1)	290.613	230.399	(394)	466.621	466.620	480.907	210.983	633.047	2.778.796
UFIR/RGR (2)	10.591	16.749	16.357	12.910	11.210	3.407	3.264	2.380	76.868
CDI (3)	320.531	1.370.229	1.797.625	437.773	234.836	-	-	-	4.160.994
TR (4)	1.749	199	99	199	-	-	-	-	2.246
IGP-DI (5)	902	852	841	841	370	-	-	-	3.806
TJLP (6)	1.184	2.224	2.248	2.248	2.357	-	-	-	10.261
Total por Indexadores	625.570	1.620.652	1.816.776	920.592	715.393	484.314	214.247	635.427	7.032.971
Total Geral	628.065	1.620.652	1.816.776	920.592	715.393	484.314	214.247	651.854	7.051.893

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º Semestre 2016 %	Varição Acumulada no 1º Semestre 2015 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º Semestre 2016 %	Varição Acumulada no 1º Semestre 2015 %
Dólar Norte-Americano	(17,80)	16,81	IPCA	4,42	6,17
Euro	(16,68)	7,23	CDI	6,72	5,92

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Varição Monetária e Cambial	163.283
Encargos Financeiros Provisionados	317.371
Encargos Financeiros Pagos	(400.430)
Amortização de Financiamentos	(1.719.889)
Saldo em 30 de junho de 2015	6.877.599
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	2.310.000
Custos de Captação	(60.367)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.249.633
Varição Monetária e Cambial	113.129
Encargos Financeiros Provisionados	423.549
Encargos Financeiros Pagos	(785.884)
Amortização de Empréstimos	(1.968.576)
Saldo em 30 de junho de 2016	7.051.893

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	423.549	286.385
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(79.497)	(70.160)
Efeito Líquido no Resultado	344.052	216.225

(1) Taxa média de capitalização: 8,38% no período de janeiro a junho de 2016 (7,55% de janeiro a junho de 2015).

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/03/2016	2020	132,14 do CDI	675.008
Debêntures (2)	28/03/2016	2018	CDI+4,05	1.574.625
Total de Captações				2.249.633

*Líquido do custo de captação.

- (1) A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vencidas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016, sendo que as últimas liberações, no total de R\$55 milhões, foram canceladas e o valor total da Cédula de Crédito Bancário foi alterado para R\$695 milhões;
- (2) A Cemig D concluiu em 28 de março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vencidas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Garantias

Em 30 de junho de 2016, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	4.862.790
Recebíveis	1.702.145
Sem Garantia	486.958
TOTAL	7.051.893

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de junho de 2016, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	432.652	461.258
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.438.493	1.402.391
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	859.397	839.428
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	480.906	441.462
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.653.917	-
TOTAL			4.865.365	3.144.539

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“*Covenant*”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora Cemig Holding, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso a Garantidora CEMIG não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2016	31/12/2015
Eficiência Energética	256.117	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	61.301	41.895
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	181.491	276.346
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	30.997
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.361	1.287
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	54	655
	562.786	589.807
Passivo Circulante	371.683	459.855
Passivo Não Circulante	191.103	129.952

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	52.369	52.085	1.500	29.963	135.917
Contribuições Pagas	(41.271)	(25.301)	(757)	(4.147)	(71.476)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	590.326	848.109	24.309	508.668	1.971.412
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	57.038	66.942	1.509	26.991	152.480
Contribuições Pagas	(45.375)	(32.199)	(804)	(6.273)	(84.651)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	847.923	1.006.573	22.664	419.380	2.296.540
				30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				133.364	119.803
Passivo Não Circulante				2.163.176	2.108.908

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	216.101	29.165	(1.176)	(12.925)	231.165
Cíveis					-
Relações de Consumo	14.084	7.918	-	(6.032)	15.970
Outras Ações Cíveis	26.885	8.709	-	(2.499)	33.095
	40.969	16.627	-	(8.531)	49.065
Tributárias	3.313	160	(71)	(78)	3.324
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	20.814	13.413	-	(1.643)	32.584
Outras	9.912	6.648	(2.477)	(6.551)	7.532
Total	291.169	66.013	(3.781)	(29.728)	323.673

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	236.345	24.845	-	(9.028)	252.162
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	6.475	(1.157)	(6.466)	14.817
Outras Ações Cíveis	23.694	9.957	-	(4.934)	28.717
	39.659	16.432	(1.157)	(11.400)	43.534
Tributárias	9.561	1.304	(7.033)	(138)	3.694
Ambientais	51	4	-	-	55
Regulatórias	10.874	451	-	(60)	11.265
Outras	6.632	1.641	(723)	(765)	6.785
Total	303.122	44.677	(8.913)	(21.391)	317.495

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$790.457 (R\$769.656 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$231.165 (R\$216.101 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$22.889 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$15.970 (R\$14.084 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$204.339 (R\$158.141 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$33.095 (R\$26.885 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$104.050 (R\$17.539 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.324 (R\$3.313 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$160.894 (R\$135.494 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$32.584 (R\$20.814 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$67.564 (R\$65.870 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$7.535 (R\$9.972 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$176.339 (R\$169.518 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$198.326 (R\$188.968 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$987.393 (R\$937.279 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações O valor da contingência é de R\$110.273 (R\$311.370 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$173.476 (R\$164.172 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$22.519 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.324.610 (R\$1.279.556 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$69.937 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$241.541 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$298.898 (R\$272.443 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Programa Luz para Todos – Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$223.001 (R\$202.172 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$36.704 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.208 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$118.924 (R\$117.852 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	(77.905)	5.186
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,0330)	0,0023

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro (Prejuízo) Diluído é igual ao Lucro (Prejuízo) Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

Dividendos declarados referentes ao resultado de 2015

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$92.552, valor este inferior ao mínimo estatutário.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	8.394.930	7.701.664
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	852.866	748.627
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(663.555)	762.497
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	533.039	443.405
Outras Receitas Operacionais (e)	573.471	571.662
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(4.506.496)	(4.123.195)
	5.184.255	6.104.660

	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.063.995	4.312.673
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	435.691	522.471
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(531.351)	212.227
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	314.445	240.765
Outras Receitas Operacionais (e)	276.841	323.861
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(2.064.966)	(2.572.020)
	2.494.655	3.039.977

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Residencial	5.016.742	4.949.413	3.959.675	3.396.315
Industrial	1.683.119	1.885.574	952.088	952.008
Comércio, Serviços e Outros	2.997.704	3.054.671	2.183.956	1.818.872
Rural	1.683.739	1.544.410	678.786	596.703
Poder Público	451.683	441.322	276.061	249.062
Iluminação Pública	673.420	660.596	266.756	239.972
Serviço Público	612.103	596.686	268.675	246.266
Subtotal	13.118.510	13.132.672	8.585.997	7.499.198
Consumo Próprio	19.086	18.914	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(191.067)	202.466
Total	13.137.596	13.151.586	8.394.930	7.701.664

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Residencial	2.526.223	2.386.270	1.936.041	1.849.553
Industrial	851.818	933.896	461.489	550.829
Comércio, Serviços e Outros	1.482.428	1.458.894	1.063.733	995.685
Rural	959.912	749.687	356.233	342.554
Poder Público	236.281	223.734	141.615	143.258
Iluminação Pública	344.358	329.545	128.891	139.821
Serviço Público	319.218	280.302	131.728	137.440
Subtotal	6.720.238	6.362.328	4.219.730	4.159.140
Consumo Próprio	9.634	9.095	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(155.735)	153.533
Total	6.729.872	6.371.423	4.063.995	4.312.673

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2016	30/06/2015
Serviço Taxado	2.940	8.801
Outras Prestações de Serviços	5.119	4.948
Subvenções (*)	510.577	459.159
Aluguel e Arrendamento	49.860	48.339
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	47.060
Outras	4.975	3.355
	573.471	571.662

	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Serviço Taxado	1.515	4.674
Outras Prestações de Serviços	2.449	2.723
Subvenções (*)	245.074	264.001
Aluguel e Arrendamento	24.428	26.732
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	25.276
Outras	3.375	455
	276.841	323.861

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS (1)	2.230.939	1.695.012
PIS-PASEP	151.392	146.122
COFINS	697.330	673.046
ISSQN	239	197
	3.079.900	2.514.377
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	33.894	28.293
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	1.007.759	1.145.385
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	13.558	11.317
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	13.558	11.317
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	6.779	5.659
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	343.218	399.893
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	7.830	6.954
	1.426.596	1.608.818
	4.506.496	4.123.195

	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS(1)	1.093.196	945.934
PIS-PASEP	70.195	76.394
COFINS	323.318	351.489
ISSQN	117	105
	1.486.826	1.373.922
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	23.591	13.909
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	457.014	853.667
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	9.437	5.563
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	9.437	5.563
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	4.719	2.783
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	69.953	312.771
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	3.989	3.842
	578.140	1.198.098
	2.064.966	2.572.020

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal (a)	587.896	462.450
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	9.511	101.732
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	105.895	83.548
Materiais	17.437	22.310
Serviços de Terceiros (b)	312.807	333.383
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.495.624	3.578.613
Amortização	243.855	224.462
Provisões Operacionais (d)	236.124	93.465
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	436.904	399.779
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	533.039	443.405
Outras Despesas Líquidas (f)	176.731	219.898
	5.155.823	5.963.045

	Abr e Jun/2016	Abr e Jun/2015
Pessoal (a)	299.501	234.190
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	9.511	40.110
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	55.932	41.774
Materiais	9.222	12.496
Serviços de Terceiros (b)	145.830	176.441
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.219.609	1.740.689
Amortização	122.010	112.791
Provisões Operacionais (d)	91.564	53.312
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	223.559	204.572
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	314.445	240.765
Outras Despesas Líquidas (f)	88.922	122.361
	2.580.105	2.979.501

a) Despesas com Pessoal	30/06/2016	30/06/2015
Remunerações e Encargos	466.927	404.876
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	35.158	27.060
Benefícios Assistenciais	66.140	52.531
	568.225	484.467
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(28.315)	(23.261)
Provisão Prêmio Aposentadoria	3.708	1.244
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	44.278	-
	587.896	462.450

a) Despesas com Pessoal	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Remunerações e Encargos	225.385	206.609
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	15.829	13.970
Benefícios Assistenciais	29.066	26.036
	270.280	246.615
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(13.979)	(12.536)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(1.078)	111
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	44.278	-
	299.501	234.190

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Para o período de 18 de abril de 2016 a 31 de maio de 2016 a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorrerá no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 472 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviços de Terceiros	30/06/2016	30/06/2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	67.508	58.855
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	105.836	88.776
Comunicação	30.260	33.697
Conservação e Limpeza de Prédios	32.642	31.706
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	2.999	13.753
Corte e Religação	1.765	15.930
Podas de Árvores	5.389	11.602
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	8.537	10.081
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	10.182	10.409
Mão de Obra Contratada	3.426	685
Hospedagem e Alimentação	4.013	6.122
Vigilância	5.377	5.000
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.815	2.428
Manutenção e Conservação de Veículos	2.735	3.709
Reprografia e Publicações Legais	6.346	5.045
Consultoria	3.236	3.165
Outros	20.741	32.420
	312.807	333.383

b) Serviços de Terceiros	Abr e Jun/2016	Abr e Jun/2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	31.704	29.427
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	45.425	40.828
Comunicação	14.203	22.287
Conservação e Limpeza de Prédios	17.543	16.601
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	1.534	8.531
Corte e Religação	585	8.248
Podas de Árvores	3.411	6.666
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.423	5.254
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios (recuperação de despesas)	(233)	7.412
Mão de Obra Contratada	2.290	308
Hospedagem e Alimentação	2.384	3.027
Vigilância	2.796	2.433
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	879	1.251
Manutenção e Conservação de Veículos	1.568	1.986
Reprografia e Publicações Legais	3.942	2.564
Consultoria	1.407	1.758
Outros	11.969	17.860
	145.830	176.441

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2016	30/06/2015
Energia de Itaipu Binacional	607.291	770.844
Contratos por Cotas de Garantia Física	251.160	113.484
Cotas das Usinas de Angra I e II	108.453	99.079
Energia de Curto Prazo	247.495	445.894
Contratos Bilaterais	140.728	155.827
Energia adquirida em Leilão	1.226.502	2.198.278
PROINFA	162.730	123.009
Créditos de PASEP/COFINS	(248.735)	(327.802)
	2.495.624	3.578.613

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Energia de Itaipu Binacional	290.716	401.174
Contratos por Cotas de Garantia Física	120.581	55.934
Cotas das Usinas de Angra I e II	54.226	50.121
Energia de Curto Prazo	161.250	201.276
Contratos Bilaterais	71.906	80.299
Energia adquirida em Leilão	561.058	1.039.635
PROINFA	81.365	61.504
Créditos de PASEP/COFINS	(121.493)	(149.254)
	1.219.609	1.740.689

d) Provisões (Reversões) Operacionais	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	173.892	57.701
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	27.989	24.845
Cíveis	16.627	15.275
Tributárias	89	(5.729)
Ambientais	(57)	4
Regulatórias	13.413	451
Outras	4.171	918
	62.232	35.764
	236.124	93.465

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	97.331	30.749
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	(3.887)	15.409
Cíveis	7.532	4.637
Tributárias	148	505
Ambientais	-	3
Regulatórias	(8.061)	210
Outras	(1.499)	1.799
	(5.767)	22.563
	91.564	53.312

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	31.856	28.068
Materiais	245.005	162.336
Serviços de Terceiros	170.835	176.796
Encargos Financeiros	79.497	70.160
Aquisição de Imóveis e Instalações	247	1.817
Arrendamentos e Aluguéis	396	516
Impostos e Taxas	322	188
Outros	4.881	3.524
	533.039	443.405

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Pessoal	17.399	17.308
Materiais	150.244	77.016
Serviços de Terceiros	101.481	99.756
Encargos Financeiros	40.058	45.522
Aquisição de Imóveis e Instalações	247	-
Arrendamentos e Aluguéis	260	363
Impostos e Taxas	160	163
Outros	4.596	637
	314.445	240.765

f) Outras Despesas Líquidas	30/06/2016	30/06/2015
Arrendamentos e Aluguéis	34.464	38.990
Propaganda e Publicidade	1.981	1.412
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.517	9.338
Subvenções e Doações	6.595	4.723
Anuidade CCEE	1.889	2.081
Seguros	1.016	952
Forluz – Custeio Administrativo	9.080	8.367
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	42.070	44.981
Agentes Arrecadadores	35.548	34.358
Outras	32.571	74.696
	176.731	219.898

f) Outras Despesas Líquidas	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
Arrendamentos e Aluguéis	17.538	17.673
Propaganda e Publicidade	887	318
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.716	5.468
Subvenções e Doações	4.194	2.655
Anuidade CCEE	922	1.046
Seguros	476	465
Forluz – Custeio Administrativo	4.709	4.368
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	30.184	27.170
Agentes Arrecadadores	17.673	16.874
Outras	6.623	46.324
	88.922	122.361

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	58.222	19.288
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	135.446	92.991
Variações Cambiais	41.808	68.691
Variações Monetárias	4.319	3.919
Variação Monetária Depósitos Judiciais	11.105	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	5.325	193.673
Variação Monetária - CVA	187.564	32.288
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(26.140)	-
Outras	16.472	10.924
	434.121	421.774
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(344.052)	(216.225)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(46.585)	(52.369)
Variações Cambiais	(17.174)	(71.444)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(127.667)	(159.356)
Variação Monetária de P&D e PEE	(13.699)	(8.534)
Outras Variações Monetárias	(1.989)	(2.137)
Outras	(4.550)	(28.171)
	(555.716)	(538.236)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(121.595)	(116.462)

	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	34.171	12.385
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	65.433	48.408
Variações Cambiais	27.600	15.683
Variações Monetárias	3.470	2.687
Variação Monetária Depósitos Judiciais	473	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	3.479	102.120
Variação Monetária - CVA	167.833	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(18.859)	-
Outras	6.603	5.980
	290.203	187.263
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(192.780)	(115.194)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(19.429)	(24.973)
Variações Cambiais	(48)	(10.630)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.627)	(64.927)
Variação Monetária - CVA		(8.198)
Variação Monetária de P&D e PEE	(7.932)	(4.326)
Outras Variações Monetárias	(709)	(1.296)
Outras	(3.516)	(9.673)
	(272.041)	(239.217)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	18.162	(51.954)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	10.356	12.462	-	-	(13.489)	(5.212)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	185.105	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	4.924	1.563	-	-	(4.924)	(1.101)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.097	3.710	13.173	11.464	18.589	4.351	(57.390)	(163.245)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	293	293	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.735	10.519	-	-	(42.357)	(20.754)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	29.759	15.639	-	-	(83.593)	(7.737)
Aliança Norte								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.190	-	-	-	(4.739)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	877	1.478	-	-	(3.341)	(2.195)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.069	6.616	-	-	(27.630)	(13.722)
EATE								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	1.652	1.505	-	-	-	(6.763)	(16.838)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	64	811	-	-	1.562	2.255	-	-
Prestação de serviço (3)	-	-	-	955	-	473	(4.880)	(5.554)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	4.103	1.725	-	-	(27.178)	(11.103)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	37.357	18.674	-	-	76.735	67.541	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	466.306	302.865	-	-	27.220	4.821	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	8.332	4.968	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	59.530	55.040	-	-	(57.038)	(52.369)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(35.158)	(27.060)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(9.080)	(8.367)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.194	1.194	-	-	(7.162)	(6.991)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	788.393	781.220	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	61.619	56.345	-	-	(68.451)	(53.585)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	967.618	937.444	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2013 com duração de 4 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (4) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição no fundo de investimento estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2016	31/12/2015
				Cemig Distribuição 29,76%	Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.580	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	15.785	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.979	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	16.607	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	7.039	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	8.798	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.988	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	632
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	3.139	-
				58.915	41.622

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos primeiros semestres de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração	3.391	1.450
Participação nos Resultados (Reversão)	(444)	157
Benefícios Assistenciais	344	118
Total	3.291	1.725

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 128% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	722.828	722.828	277.497	277.497
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.662.897	2.662.897	2.785.980	2.785.980
Depósitos Vinculados a Litígios	1.055.714	1.055.714	1.030.696	1.030.696
Subvenção Baixa Renda	31.827	31.827	31.334	31.334
Reembolso Subsídios Tarifários	63.751	63.751	71.695	71.695
Fundos Vinculados	95	95	89	89
CVA e Outros Componentes Financeiros	984.722	984.722	1.349.656	1.349.656
	5.521.834	5.521.834	5.546.947	5.546.947
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	176.708	176.708	135.983	135.983
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	10.926	10.909	37.139	37.082
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	369.277	369.278	251.620	251.620
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	955.902	955.902	1.307.893	1.307.893
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.051.893	6.996.261	7.020.042	6.427.743
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	589.195	589.195	587.984	587.984
CVA e Outros Componentes Financeiros	452.751	452.751		
	9.049.741	8.994.109	8.915.919	8.323.620

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2016		31/12/2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	5.531	17.754	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	56.307	192.600	82.983	314.859
	<u>61.838</u>	<u>210.354</u>	<u>91.206</u>	<u>346.968</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	330	1.168	660	2.804
Passivo Líquido Exposto		<u>211.522</u>		<u>349.772</u>

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2017 será uma valorização de 14,61% para o dólar (R\$ 3,679) e uma valorização de 14,69% para o Euro (R\$4,061). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2016	Cenário Provável	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	17.754	20.348	25.436	30.525
Fornecedores (Itaipu Binacional)	192.600	220.740	275.940	331.140
	<u>210.354</u>	<u>241.088</u>	<u>301.376</u>	<u>361.665</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	1.168	1.340	1.675	2.010
Passivo Líquido Exposto	<u>211.522</u>	<u>242.428</u>	<u>303.051</u>	<u>363.675</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>30.906</u>	<u>91.529</u>	<u>152.153</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2016	31/12/2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	722.828	277.497
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	380.203	288.759
Fundos Vinculados	95	89
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	984.722	1.349.656
	<u>2.087.848</u>	<u>1.916.001</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(4.160.994)	(4.097.895)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	(452.751)	
	<u>(4.613.745)</u>	<u>(4.097.895)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.525.897)</u>	<u>(2.181.894)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, a taxa SELIC será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 12,75%	Cenário SELIC 15,94%	Cenário SELIC 19,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	722.828	814.989	838.047	861.105
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	380.203	428.679	440.807	452.936
Fundos Vinculados	95	107	110	113
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	984.722	1.110.274	1.141.687	1.173.099
	<u>2.087.848</u>	<u>2.354.049</u>	<u>2.420.651</u>	<u>2.487.253</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 16)	(4.160.994)	(4.691.521)	(4.824.256)	(4.956.992)
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	(452.751)	(510.477)	(524.920)	(539.362)
	<u>(4.613.745)</u>	<u>(5.201.998)</u>	<u>(5.349.176)</u>	<u>(5.496.354)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.525.897)</u>	<u>(2.847.949)</u>	<u>(2.928.525)</u>	<u>(3.009.101)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(322.052)</u>	<u>(402.628)</u>	<u>(483.204)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12) (*)	125.900	120.853
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.778.796)	(2.683.281)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(589.195)	(587.984)
Passivo Líquido Exposto	(3.242.091)	(3.150.412)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, o IPCA será de 5,71%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,71%	Cenário IPCA 7,14%	Cenário IPCA 8,57%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12)	125.900	133.092	134.889	136.690
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.778.796)	(2.937.526)	(2.977.202)	(3.016.939)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(589.195)	(622.851)	(631.264)	(639.689)
Passivo Líquido Exposto	(3.242.091)	(3.427.285)	(3.473.577)	(3.519.938)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(185.194)	(231.486)	(277.847)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	27.117	273.145	1.276.238	6.895.394	1.730.275	10.202.169
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.654	23.129	63.652	423.788	365.664	883.887
	34.771	296.274	1.339.890	7.319.182	2.095.939	11.086.056
Pré-fixadas						
Fornecedores	842.246	113.656	-	-	-	955.902
	877.017	409.930	1.339.890	7.319.182	2.095.939	12.041.958

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2016	31/12/2015
Total do Passivo	13.452.978	13.495.386
Caixa e Equivalentes de Caixa	(759.370)	(318.834)
Fundos Vinculados	(95)	(89)
Passivo Líquido	12.693.513	13.176.463
Total do Patrimônio Líquido	3.125.746	2.695.848
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,06	4,89

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2016	Valor justo em 30 de junho de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	36.681	-	36.681	-
Letras Financeiras – Bancos	220.911	-	220.911	-
Letras Financeiras do Tesouro	51.312	51.312	-	-
Debêntures	60.373	-	60.373	-
	369.277	51.312	317.965	-
Fundos Vinculados	95	-	95	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	176.708	-	-	176.708
	546.080	51.312	318.060	176.708

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Fundos Vinculados	89	-	89	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	387.692	27.491	224.218	135.983

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/06/2016	30/06/2015
Encargos Financeiros Capitalizados	79.497	70.160
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	35.752	423.659
Receita e despesa de Construção de Infraestrutura de Distribuição	533.039	443.405
Rolagem de Dívidas (<i>nota 16</i>)	600.000	-

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

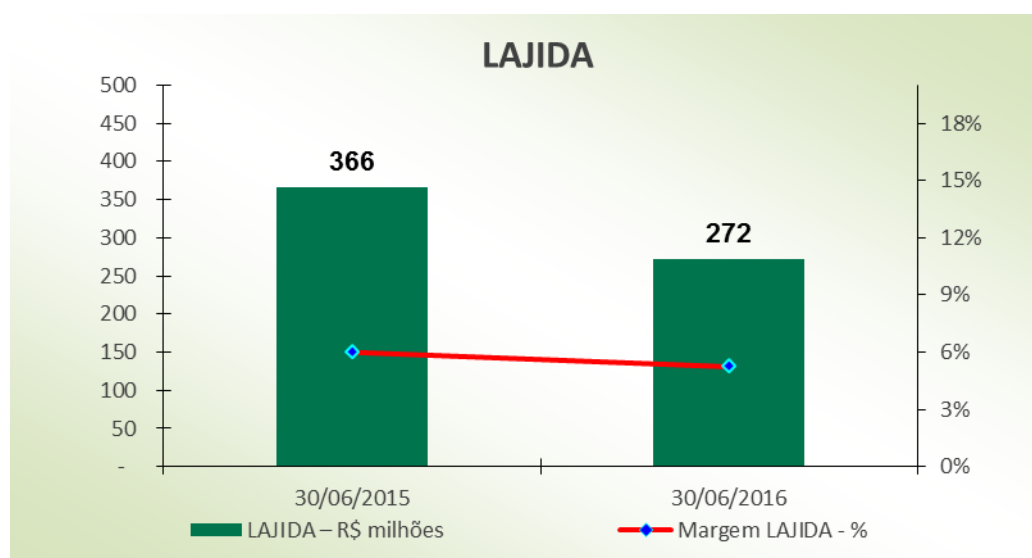
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2016, prejuízo de R\$77.905 em comparação ao lucro líquido de R\$5.186 no primeiro semestre de 2015. As principais variações na comparação dos resultados dos 1^{os} semestres de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 25,62% no primeiro semestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2016	30/06/2015	Var. %
Resultado do Período	(77.905)	5.186	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(15.258)	19.967	-
+ Resultado Financeiro Líquido	121.595	116.462	4,41
+ Amortização	243.855	224.462	8,64
= LAJIDA	272.287	366.077	(25,62)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,00%, no primeiro semestre de 2015 para 5,25% no primeiro semestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$8.394.930, no primeiro semestre de 2016, em comparação a R\$7.701.664, no primeiro semestre de 2015, representando um aumento de 9,00%. Os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	30/06/2016	30/06/2015	Var %
Residencial	5.016.742	4.949.413	1,36
Industrial	1.683.119	1.885.574	(10,74)
Comércio, Serviços e Outros	2.997.704	3.054.671	(1,86)
Rural	1.683.739	1.544.410	9,02
Poder Público	451.683	441.322	2,35
Iluminação Pública	673.420	660.596	1,94
Serviço Público	612.103	596.686	2,58
Total	13.118.510	13.132.672	(0,11)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 10,74% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 9,02% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$852.866, comparada a R\$748.627 no mesmo período de 2015, o que representou um aumento de 13,92%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede, no primeiro semestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 7,80% no volume de energia transportada devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$663.555 no primeiro semestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$762.497 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$533.039, no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$443.405, no primeiro semestre de 2015, um aumento de 20,21%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no primeiro semestre de 2016 foram de R\$4.506.496, comparados a R\$4.123.195 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 9,30%.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$5.155.823 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$5.963.045 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 13,54%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.495.624 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$3.578.613 no primeiro semestre de 2015, uma redução de 30,26%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 44,21% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$1.226.502 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$2.198.278 no primeiro semestre de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 21,22% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$607.291 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$770.844 no primeiro semestre de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no primeiro semestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016.
- redução de 44,49% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$247.495 no primeiro semestre de 2016 e R\$445.894 no primeiro semestre de 2015).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$436.904 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$399.779 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 9,29%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$587.896 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$462.450 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 27,13%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$44.278.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$9.511 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$101.732 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$236.124 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$93.465 no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$173.892 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$57.701 no primeiro semestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro.

Com relação às provisões para contingências, ocorreu um crescimento das provisões regulatórias, que foram de R\$13.413 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$451 no primeiro semestre de 2015, em função de auto de infração da Aneel, na esfera administrativa, relacionado à avaliação dos serviços de distribuição de energia. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2016, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$121.595, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$116.462 no mesmo período de 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 59,12% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$344.052 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$216.225 no primeiro semestre de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 6,72% no primeiro semestre de 2016, em comparação a 5,92% no primeiro semestre de 2015.
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo o montante de R\$5.325 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$193.673 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.
- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$187.564 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$32.288 no primeiro semestre de 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$15.258 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$93.163, representando um percentual de 16,38%. No primeiro semestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$19.967 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$25.153, representando um percentual de 79,38%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

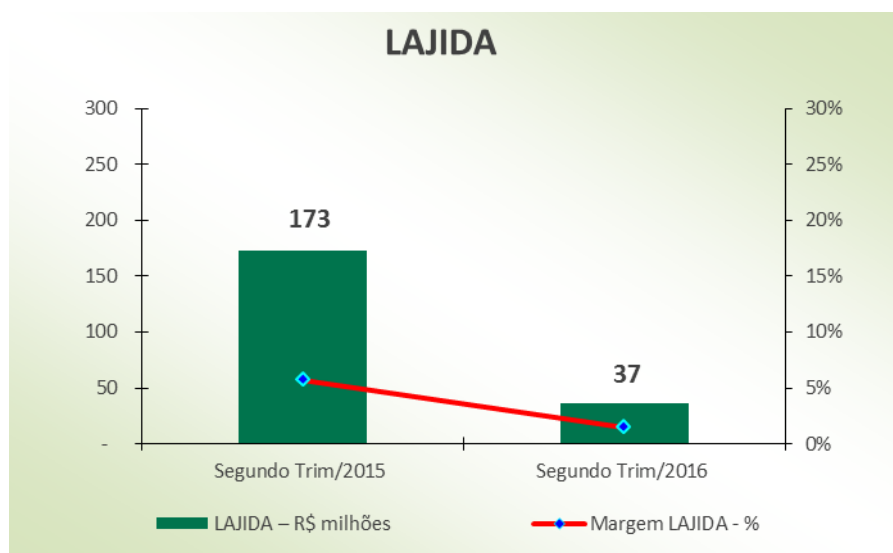
Resultado do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2016, prejuízo de R\$50.764 em comparação ao prejuízo de R\$110 no segundo trimestre de 2015. As principais variações na comparação dos resultados dos 2ºs trimestres de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 78,90% no segundo trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2016	Segundo Trim/2015	Var. %
Resultado do Período	(50.764)	(110)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(16.524)	8.632	-
+ Resultado Financeiro Líquido	(18.162)	51.954	-
+ Amortização	122.010	112.791	8,17
= LAJIDA	36.560	173.267	(78,90)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 5,70%, no segundo trimestre de 2015 para 1,46% no segundo trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.063.995, no segundo trimestre de 2016, em comparação a R\$4.312.673, no segundo trimestre de 2015, representando uma redução de 5,77%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Aumento de 5,63% no volume de energia vendida aos consumidores finais;
- redução da receita de bandeiras tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no segundo trimestre de 2016 e vermelha no segundo trimestre de 2015, o que implicou no maior recebimento de valores no ano anterior;

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Segundo Trim/2016	Segundo Trim/2015	Var %
Residencial	2.526.223	2.386.270	5,86
Industrial	851.818	933.896	(8,79)
Comércio, Serviços e Outros	1.482.428	1.458.894	1,61
Rural	959.912	749.687	28,04
Poder Público	236.281	223.734	5,61
Iluminação Pública	344.358	329.545	4,49
Serviço Público	319.218	280.302	13,88
Total	6.720.238	6.362.328	5,63

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 8,79% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Além disso, destaca-se o aumento de 28,04% na energia vendida para o segmento Rural, devido às condições climatológicas desfavoráveis em 2016 (menor volume de chuvas e temperaturas mais altas), levando ao maior uso dos sistemas de irrigação.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$435.691, comparada a R\$522.471 no mesmo período de 2015, o que representou uma redução de 16,61%.

No segundo semestre de 2015, a Aneel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da Receita de Uso da Rede da Companhia no segundo trimestre de 2016, em comparação ao segundo trimestre de 2015.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$531.351 no segundo trimestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$212.227 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$314.445, no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$240.765, no segundo trimestre de 2015, um aumento de 30,60%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no segundo trimestre de 2016 foram de R\$2.064.966, comparados a R\$2.572.020 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 19,71%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$457.014, no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$853.667, do segundo trimestre de 2015.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias

Redução dos Encargos relativos às Bandeiras Tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no segundo trimestre de 2016 e vermelha no segundo trimestre de 2015. Os Encargos do Consumidor referentes a Bandeiras Tarifárias foram de R\$69.953 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$312.771 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 77,63%.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.580.105 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$2.979.501 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 13,40%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.219.609 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$1.740.689 no segundo trimestre de 2015, uma redução de 29,94%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 46,03% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$561.058 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$1.039.635 no segundo trimestre de 2015, decorrente principalmente do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a conseqüente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 27,53% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$290.716 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$401.174 no segundo trimestre de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no primeiro trimestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016.
- redução de 19,89% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$161.250 no segundo trimestre de 2016 e R\$201.276 no segundo trimestre de 2015).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$223.559 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$204.572 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 9,28%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$299.501 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$234.190 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 27,89%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$44.278.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$9.511 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$40.110 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$91.564 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$53.312 no segundo trimestre de 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$97.331 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$30.749 no segundo trimestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2016, foi uma Receita Financeira Líquida de R\$18.162, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$51.954 no mesmo período de 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$167.833 no segundo trimestre de 2016 comparados a uma despesa de R\$8.198 no segundo trimestre de 2015;
- aumento da renda de aplicação financeira, que foi de R\$34.171 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$12.385 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do maior saldo de aplicações financeiras em 2016 e da variação do CDI no período (3,31% no segundo trimestre de 2016 e 2,98% no segundo trimestre de 2015);
- redução de 26,65% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$47.627 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$64.927 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (1,75% no segundo trimestre de 2016 em comparação a 2,26% no segundo trimestre de 2015).
- aumento de 35,17% na receita de Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, no montante de R\$65.433 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$48.408 no mesmo período de 2015. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro.
- aumento de 67,35% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$192.780 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$115.194 no segundo trimestre de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 3,31% no segundo trimestre de 2016, em comparação a 2,98% no segundo trimestre de 2015.
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro BRR, sendo o montante de R\$3.479 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$102.120 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$16.524 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$67.288, representando um percentual de 24,56%. No segundo trimestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$8.632 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$8.522, representando um percentual de 101,29%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos

Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes

Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ricardo José Charbel

Diretor de Distribuição e Comercialização

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Mauro Borges Lemos

Diretor de Gestão Empresarial

Márcio Lúcio Serrano

Diretor de Relações e Recursos Humanos

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes.

Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0